

# Falso espelho

MAURO CHAVES

Que confiança inspiraria um dentista que realizasse unicamente três obturações durante quatro anos? E que dizer de um advogado que só fizesse três defesas em 48 meses? Como se consideraria um professor que desse apenas três aulas em oito semestres? E um jornalista que não publicasse mais de três matérias em 1.460 dias? Claro que se julgaria infima, ridícula, a produtividade desses profissionais. Pois foi exatamente essa a produtividade dos congressistas brasileiros, que têm por função precípua legislar — ou seja, fazer leis. Eles fizeram apenas 188 leis, o que dá uma média de apenas três leis para cada um dos parlamentares federais.



Deixando de lado as honrosas exceções, que só confirmam a regra, e que no caso significam uns 10% de abnegados que têm feito o possível para carregar nas costas um batalhão de parasitas e gazeteiros, este Congresso que encerra mandato já pode ser considerado um dos mais omissos, lerdos, incompetentes e fisiológicos da História política brasileira. Mas seu maior pecado foi o de ter sido, acima de tudo, inconsequente, por ter frustrado todas as expectativas que a sociedade depositava na recuperação dos poderes e prerrogativas do Legislativo, em consequência da redemocratização do País. Esperança que resultou em deceção profunda, principalmente pelo fato de este Congresso, que foi constituinte, ter deixado de regulamentar cerca de 200 dispositivos indispensáveis para fazer nossa Constituição funcionar.

Muitos dizem que os membros desta moribunda legislatura são uma espécie de espelho da sociedade brasileira, com todas as suas qualidades e defeitos. Será mesmo? Por acaso o absenteísmo, a falta ao trabalho em nosso país,

mantém alguma relação percentual com as ausências de quórum em nossas Casas Legislativas? É evidente que não. A população brasileira trabalha muito mais do que dois dias por semana — além de não desfrutar da média per capita de 30 passagens aéreas por ano, de residência gratuita, combustível idem, franquias postal e telefônica, vários funcionários à disposição, regalias e mordomias, remunerações e reajustes sem nenhuma relação com a crise econômica, etc., etc.

Poucos se estão dando conta de que o processo em curso do "entendimento nacional", que é tripartite — empresários, trabalhadores e governo —, ao excluir de maneira gritante o principal fórum de representação da sociedade, que é o Congresso Nacional, está transformando nosso regime, de democracia representativa, em democracia corporativa, em que os setores produtivos e as entidades sindicais controlam os poderes de Estado, juntamente com o Executivo. A culpa, no entanto, não é dos empresários, nem dos trabalhadores, nem do governo. O Legislativo é que ainda não assumiu sua função de poder de Estado e, por sua crônica negligência, vai sendo solenemente ignorado, num momento em que todo o País precisa concentrar esforços contra a inflação e a crise.

Quem perceberá que o atual Congresso vai deixar de funcionar depois de amanhã? Quem sentirá falta do trabalho (!?) dos ilustres parlamentares? Mas resta esperar, já que o pessimismo não é bom para a saúde, que um novo Congresso, renovado em mais de 60%, consiga encetar mudanças internas, estruturais, de modo a ficar, de fato, mais parecido com a sociedade brasileira: que não seja mais um falso espelho, a refletir de maneira enganosa a realidade de nosso país e a projetar para o mundo, tão-somente, a imagem nua e crua de nosso subdesenvolvimento.